

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Mitishaeli Leôncio da Silva Sousa¹

Alice Miriam Happ Botler²

Resumo: Compreendendo a escola pública no Brasil como um *locus* da existência e resistência da diversidade e, portanto, como um ambiente perpassado pelas desigualdades, objetivou-se com esse trabalho analisar os trabalhos que foram publicados em três periódicos nacionais, compreendendo como as instituições educativas vem enfrentando ou dando respostas às vulnerabilidades sociais a qual estão imersos seus estudantes. Para tanto, construiu-se uma pesquisa qualitativa, tendo como procedimento metodológico a revisão de literatura e levantamento bibliográfico pelo portal acadêmico CAPES, tendo como marco temporal do ano de 2019 a 2023. A análise de dados foi realizada com base na análise de conteúdo (Bardin, 1977). Conclui-se que ainda que haja discussões que se refiram a ligação entre as desigualdades sociais e a educação, há uma ausência de produções científicas sobre a relação do papel social da escola com as vulnerabilidades econômicas apresentadas pelos estudantes.

Palavras-chave: Educação; Escola; Vulnerabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

Dados do IBGE (2022) referentes à síntese de indicadores sociais, apresentam uma elevação recorde nos dados estatísticos de aumento da pobreza. Tais alterações foram identificadas entres os anos de 2020 e 2021 (período pandêmico) e indicam um acréscimo de 22,7% do contingente de pobreza e de 48,2% de pessoas em extrema pobreza. Ainda no mesmo censo, destaca-se o índice de crianças menores de 14 anos neste estado passando de 38,6% (2020) para 46,2% (2021), revelando aumento de 7,6%. Adicionando um recorte regional, têm-se 48,7% da população nordestina em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o maior índice entre as regiões do Brasil.

Voltando-se para o acesso à educação, dados de 2018 indicam um total de 11,46 milhões de pessoas de 15 anos ou mais analfabetos no Brasil, sendo 26% brancas e 73% de pessoas pretas/pardas; a mesma disparidade acontece na população com 60 anos ou mais, com o total

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da UFPE, E-mail: mitishaeli.silva@ufpe.br

² Orientadora, Professora do Departamento de Políticas e Gestão da Educação, CE - UFPE, E-mail: alice.botler@ufpe.br

de 5,87 milhões, sendo 29% brancos e 70% pretos/pardos. E na somatória de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, constata-se 8,7 anos para pretos/pardos e 10,3 anos para brancos.

Podemos relacionar estes indicativos à pesquisa realizada no ano de 2020 pela Fundação Carlos Chagas em parceria com a UNESCO Brasil e o Itaú Social, intitulada “Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professores/professoras da educação básica” em que 49,3% das professoras participantes responderam que apenas parte dos alunos conseguiu realizar as atividades no período da pandemia e que as expectativas em relação à aprendizagem diminuiu praticamente à metade. Esse contexto nos remete a pensar no asseveramento das desigualdades sociais e de seus impactos na educação, sobretudo na escola pública, além de refletir a relação de interdependência das desigualdades sociais, entendendo como uma de suas formas de manifestação a reprodução de outras desigualdades e os efeitos deste problema social no processo educacional dos sujeitos inseridos nesse contexto.

Partindo deste entendimento e tendo clareza de que a escola pública é formada em sua grande maioria por estudantes em estado de vulnerabilidade socioeconômica, campo de interesse desta pesquisa, emerge a pergunta: Qual o papel da escola diante das vulnerabilidades sociais? e, dessa forma, traçou-se como objetivo geral analisar os trabalhos que foram publicados em três periódicos nacionais, compreendendo como as instituições educativas vem enfrentando ou dando respostas às vulnerabilidades sociais a qual estão imersos seus estudantes. De modo mais específico, pretendemos 1) mapear a inclusão dos descritores vulnerabilidade socioeconômica e o papel social da escola nos periódicos; 2) identificar nas produções como vem se dando os usos do enfrentar as vulnerabilidades apresentadas pelos estudantes.

O interesse pela temática proposta surge da experiência pessoal, em pesquisa de iniciação científica, intitulada: “Escola, democracia e as desigualdades educacionais” que buscou analisar se e como a escola valoriza o aprendizado *em exercício no coletivo escolar*, com vistas à redução das desigualdades educacionais, relacionando a redução das desigualdades educacionais às iniciativas gestoras específicas para redução dos impactos decorrentes da situação de vulnerabilidade dos estudantes e de formação para a democracia no coletivo escolar, e da observação do funcionamento da escola em estágio obrigatório extracurricular.

A partir disso, trazemos a discussão de vulnerabilidade socioeconômica como uma realidade da escola pública, e questionamos a partir de embasamento teórico a função social da escola nesse sentido. Em seguida, apresentamos de forma detalhada a metodologia adotada,

iniciada pelo mapeamento das produções científicas a partir dos descritores vulnerabilidade socioeconômica e papel social da escola, bem como a análise dessas pesquisas dialogando com a temática construída ao longo deste trabalho.

Por fim, concluímos com as considerações finais a partir dos resultados obtidos, reafirmando a tese defendida, e as contribuições desta pesquisa para o campo educacional.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para analisar o tema proposto, compreendemos ser relevante tratar do contexto brasileiro, em que as desigualdades se revelam como aspectos fundantes da estrutura social em nosso país.

Elencando como referência a definição formulada por Arroyo (2018) acerca desta problemática, podemos compreender este fenômeno como um processo de retirada da humanidade dos sujeitos, e que, portanto, “feitos desiguais”. Esta análise nos possibilita a desnaturalizar o problema e a enxergá-lo como ações intencionais de manutenção de poder e controle social.

Nesta mesma perspectiva o autor tece críticas à relação desigualdades versus escola, refletindo como a lógica capitalista/mercadológica afeta na funcionalidade da educação, ora oferecendo-a como um mecanismo de inserção no mercado de trabalho e por isso solução para as desigualdades, ora como salvadora de consciência humana, onde os sujeitos inferiorizados terão conhecimento de suas vulnerabilidades, ora vendo crianças, jovens, adultos e idosos como objetos, ora como “deficientes em humanidade” (Arroyo, 2018).

Ainda podemos adicionar ao debate, o erro do isolamento educacional, que o autor adverte como um pensamento que segmenta a educação do campo social, considerando que os problemas educacionais podem ser analisados, criticados, estudados, resolvidos isoladamente e não em conjunto com as e/ou resultados das desigualdades sociais.

Entretanto, o que se pode observar é que o campo da educação e suas políticas continuam pensando-se isolados dessas fronteiras, onde se dá a produção das injustiças e desigualdades mais radicais e onde os coletivos colocam suas lutas. As desigualdades escolares, educativas, continuam pensando-se como as desigualdades produtoras de todas as desigualdades sociais, econômicas, dos campos e periferias. (Arroyo, 2010, p.1397):

Neste sentido, vê-se a necessidade de discussões relativas ao papel da escola, pois, nota-se a existência de tensões entre educação, desigualdades sociais e Estado.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Após esse panorama, podemos adentrar na conceituação de vulnerabilidade social. Segundo a organização Oxfam Brasil (2021) define-se como “situação socioeconômica e relacional de parte da população, que dispõe de poucos recursos para lidar com questões, como: renda, moradia, trabalho e educação.” Nessa mesma perspectiva descreve o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mas dividindo-a por dimensões, sendo estas, três: dimensão de infraestrutura urbana, dimensão do capital humano e a dimensão da renda e do trabalho. Ambas as definições giram em torno de uma premissa, a falta de recursos.

Em seus estudos, acerca da vulnerabilidade socioeconômica e civil, Kowarick (2003, p.61) indica este problema social como “um processo de desenraizamento e desligamento dos sujeitos dos processos essenciais da sociedade, sendo colocados à margem desta.” Nas três conceituações expostas acima, podemos inferir como uma situação em que as pessoas são expostas, submetidas, à tomada de seus direitos fundamentais para a sua existência e que esse aspecto tem ligação com outras problemáticas.

Como afirmam Carvalho e Fernandes (2018) a vulnerabilidade no Brasil perpassa pelo desresponsabilização do Estado, mau planejamento deste em relação ao espaço urbano, precarização do trabalho, entre outros aspectos como desigualdade de gênero, racismo, e desigualdade no investimento à educação, gerando péssimas condições de vida, e fazendo com que a camada pobre da população esteja inserida num contexto de perigo, violências e marginalização da sociedade.

Além disso, os autores Kowarick (2003) e Carvalho e Fernandes (2018) resgatam a forte influência do sistema neoliberal no asseveramento das desigualdades sociais, visto que esse parte de uma visão meritocrática, e de constante competitividade, gerando nos sujeitos um sentimento de culpabilização e fracasso por situação de pobreza. Tal situação, segundo os autores, está inteiramente conectada a mecanismos de subalternização e naturalização da pobreza, levando um problema social a ser encarado como um problema individual.

Tais aspectos nos dão suporte para refletir em que medida e como a escola tem se posicionado enquanto espaço formativo, constituída por sujeitos pertencentes a estas realidades,

atravessadas por todas as dimensões da vulnerabilidade. Nos cabe indagar: **Qual deve ser a atuação da escola no enfrentamento às vulnerabilidades socioeconômicas?**

2.2 O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Em busca de responder a pergunta anterior, afirmamos como indispensável para discussão o conceito da função social da escola, e iniciamos trazendo a importância da efetividade da gestão democrática tomando esta como integrante do papel social da escola. Portanto, tomamos como definição a gestão democrática, e pretendemos analisar suas características, que defendemos como de suma importância no enfrentamento às vulnerabilidades socioeconômicas, visto que esta possibilita dentre outras ações, a mobilização da comunidade escolar. Souza (2009) define-a como:

[...] Como um processo político no qual as pessoas atuam na/ sobre a escola, identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca de solução daqueles problemas. Esse processo sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (p.126).

É pertinente ressaltar a conceituação do autor acerca da gestão como um processo político, pois esta ideia nos leva a refletir que a participação dos sujeitos é um aspecto indispensável, e indica que esse sistema de gerir é uma construção coletiva, de descentralização e repartição de poder. Outros autores partilham da mesma concepção (Medeiros e Luce, 2006; Fortuna, 2006; Gutierrez e Catani, 1988) elencando a participação coletiva, o diálogo, a autonomia, etc, como sentidos que constituem esse modelo de gestão e são desenvolvidos nos sujeitos, ao passo que estes estejam envolvidos no processo, como trazido anteriormente.

Pensando então na gestão enquanto construção humana, nos é caro, o que diz Fortuna (2006) ao enfatizar que esta vai ser direcionada conforme a concepção dos indivíduos, de suas práticas profissionais, “pela qualificação dos fins e pelas escolhas dos processos utilizados (p.143)”. Esta afirmativa se aproxima da crítica tecida por Souza (2006) ao mencionar como a democracia formal pode ser um impedimento na efetivação da gestão democrática, reiterando,

pois, que não é apenas a existência das instâncias, e eleições como forma de provimento dos gestores, entre outros aspectos, que irão garantir o exercício de uma gestão participativa, mas na verdade “se os indivíduos que compõem essas instituições pautarem suas ações no diálogo e na alteridade (p.125)”.

Deste modo, compreende-se que a dialogicidade é um elemento norteador e indissociável da prática democrática, pois possibilita estabelecer uma cultura escolar baseada na liberdade de expressão, no respeito ao diferente, no acolhimento, e nas trocas de saberes, que por sua vez viabilizam o conhecimento acerca das realidades dos sujeitos e de suas necessidades, oportunizando a elaboração conjunta de melhorias, lembrando à escola o seu papel de assegurar o direito de um processo educacional de qualidade. Como sugerem Quinquilo e Quinquilo (2019): “Democratizar a gestão na escola permite-se que se ofereça um ensino de qualidade, que retome a função social das instituições de ensino, permitindo a formação de alunos críticos que atuarão de forma consciente na sociedade de acordo com o que foi ensinado, em consonância com o que é assegurado por lei no nosso país.

A gestão escolar pautada na democracia, também diz respeito a um modelo de sociedade, assim como de educação, igualitária, inclusiva, crítica, e para transformação social, rejeitando o autoritarismo, a hierarquização, e a exclusão social. Assim, esta torna-se passível de ser interpretada para além de uma forma de administrar ou um sistema de dirigir, mas também como um processo político formativo para os sujeitos envolvidos, que ao serem integrados na participação se imbuem de valores associados a prática do pensar coletivo, de valores cidadãos, democráticos, de justiça, entre outros, como comunicam Souza (2009) e Pereira e Botler (2012).

Posto isto, podemos interpretar a gestão democrática como integrante do papel social da escola, levando em consideração os imperativos trazidos pelos documentos que regulamentam a educação no nosso país, assim sendo o art. 205 da Constituição de 1988, que define: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e o art. 2º da Lei de Diretrizes de Base (Brasil, 1996): “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Em ambos os documentos ficam evidentes em que sentido a escola deve atuar, ou seja, qual a sua função na/para a sociedade. Desta feita, destaca-se três princípios básicos nos quais a escola deve seguir: integralidade desenvolvimental, cidadania e trabalho enquanto exercício profissional. Entretanto, mesmo que esses conceitos estejam estabelecidos por leis, há várias dissonâncias acerca do assunto.

Neste sentido Pereira e Carloto (2016) em seu trabalho apresentam um breve histórico de como por muito tempo a escola foi pensada para realizar processos de homogeneização e padronização dos sujeitos e idealizada para conservação de uma sociedade desigual. Em contrapartida ressaltam que houve uma determinada transformação a partir dos estudos Durkheimianos, denominado pelos autores como um divisor de águas no sentido de pensar a escola como um agente social, assim como outros escritores, a exemplo a filósofa Hannah Arendt (Petry e Censi, 2016) que define a instituição educativa como um espaço de ensaio para cidadania e como mediadora entre o espaço privado (família) e o público (sociedade):

O ensaio” significa que a escola simulará o mundo em múltiplas atividades que auxiliarão no desenvolvimento daqueles atributos desejáveis de um cidadão: autonomia, capacidade argumentativa, respeito pelo outro, a relação entre semelhantes, a consideração pelos direitos e deveres, ou seja, a capacidade de realizar a política como uma esfera de discussão, de **busca** pela resolução dos problemas a partir da ação e do discurso e não pela violência. (p. 588).

É possível visualizar os conceitos trazidos acima e relacioná-los ao trabalho de Gonzaga et al (2015), que apresentam um apanhado de extratos de falas decorrentes de uma formação continuada a docentes pelo Centro de Ciências e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ) onde estes responderam a seguinte pergunta: “A escola serve para que?”. Todos fizeram referência ao viver no coletivo, desenvolvimento da capacidade de compreensão da cidadania, fornecimento de outros modelos de pensar, e construção de um indivíduo apto para refletir, participar, pesquisar.

A partir desse contexto, podemos interpretar a dualidade existente na sociedade acerca de qual seja a forma da escola atuar, e de como esta é um alvo de disputa, pois exerce papel fundamental. Contudo, reiteramos a escolha pela concepção da função social da escola segundo os as legislações, e os teóricos trazidos ao longo do artigo.

3. METODOLOGIA

Considerando os objetivos deste artigo, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica (Silveira; Córdova, 2009, p.32), que “preocupa-se, portanto, com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. A pesquisa foi realizada com base em uma revisão de literatura e levantamento bibliográfico referentes à problemática investigada.

Para a coleta de dados, selecionamos três periódicos do portal acadêmico Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo eles: Educação e Políticas em debate, Educação em Foco e Educação e Pesquisa. O critério para seleção dos periódicos se deu pela disponibilidade de acesso livre nas plataformas e por serem revistas com publicações a nível nacional. A partir da discussão trazida no referencial teórico estabelecemos duas categorias teóricas, que foram utilizadas também como descritores nas buscas, sendo eles: *Vulnerabilidade socioeconômica e o Papel social da escola*. Escolhemos como recorte temporal do ano de 2019 a 2023, englobando um cenário antes, durante e depois da pandemia.

Em seguida construiu-se uma tabela organizando os resultados da busca de cada periódico, ordenadas da seguinte maneira: Revista, título do artigo, autores, ano, e o conteúdo de cada texto. Os dados foram examinados com base na análise de conteúdos de Bardin (1977), realizada por uma leitura iniciante, seguida do estabelecimento de categorias para a efetivação da análise e inferências teórico-conceituais construídas a partir do estudo.

4. ANÁLISE DE DADOS

Para além dos descritores, selecionamos os trabalhos a partir das leituras das palavras-chaves e dos resumos dos textos, analisando se se relacionavam com a discussão construída nesta pesquisa. Ao iniciarmos as buscas com o descritor “*papel social da escola*”, obtivemos 264 resultados no total dos 3 periódicos.

Quadro 1 - Produções encontradas com o descritor *Papel social da escola*;

TIPO	TÍTULO	AUTORIA	PERIÓDICO	ANO
Artigo	Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação.	Maria Vieira da Silva	Educação e Políticas em debate	2022
Artigo	Educar em uma cultura do espetáculo: Reflexões sobre alguns desafios.	Neura César	Educação em Foco	2021
Artigo	A atualidade de A reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: 50 anos de um legado acadêmico político.	Adriane Knoblauch e Cristina Carta Cardoso de Medeiros.	Educação e Pesquisa	2022
Artigo	A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva.	Débora Dainez e Ana Luiza Bustamante Smolka.	Educação e Pesquisa	2019
Artigo	“A gente vinha porque queria, e não porque era pressionado” : crianças e direitos de participação.	Karla J. R. de Mendonça e Flávia Ferreira Pires	Educação e Pesquisa	2020
Artigo	A quidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza.	Vanda Mendes Ribeiro, Paula Reis Kasmirski e Choukri Ben Ayed.	Educação e Pesquisa	2023
Artigo	A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira	Émina Santos	Educação e Pesquisa	2019

Dentre os resultados obtidos, tivemos: Revista Educação e Políticas em debate (1), Educação em Foco (3), e Educação e Pesquisa (260). Contudo, ao fazermos as leituras dos títulos, palavras chaves e resumos, refinou-se a quantidade dos dois últimos periódicos pela aproximação à temática pesquisada, REPD (1), REF (1) e REP (5), totalizando 7 artigos.

Diante disso, começamos a análise pela observação do tempo, e constatamos que há poucas publicações no período anterior e durante a pandemia, relacionada a práxis escolar

diante do desafio que lhe está posto. Isso nos leva a questionar a escassez dessas produções, sobretudo num momento de extrema necessidade educacional, nos dando a possibilidade de interpretar no quanto esta falta pode ter influenciado negativamente no modus operandi da escola.

Acerca do conteúdo dos trabalhos, observamos que as discussões se concentram no campo da crítica à escola, descrevendo, criticando, criticando e analisando historicamente ou com base em teóricos da sociologia da educação a respeito da forma que esta reproduz as desigualdades, tende a homogeneizar e padronizar os sujeitos aprendizes, desrespeitando a diversidade cultural, etc.

Entretanto, destacamos três dos setes artigos incluídos na tabela: *“Equidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza”*. (Ribeiro; Kasmirski e Ayed, 2023), pois mesmo que não discorra sobre a escola como um organismo vivo e forte para o enfrentamento à vulnerabilidade, nos traz dados que revelam que a partir do acesso igualitário à educação têm-se um rebaixamento nos índices de vulnerabilidades sociais nos estados apresentados, e isso reafirma o que traz Arroyo (2018) ao declarar que as desigualdades sociais é um processo de desumanização, logo, planejado para execução.

Da mesma forma destacamos os artigos: *“A gente vinha porque queria, e não porque era pressionado”*: crianças e direitos de participação (Mendonça e Pires, 2023) e *“A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira”* (Santos, 2019). Ambos dissertam sobre capacidade da escola, e de seu dever enquanto espaço de participação, de interação, de mobilização, como um ambiente que educa para o coletivismo, e a favor da segurança dos direitos dos sujeitos aprendizes (Pereira e Botler, 2012).

Com relação ao descritor vulnerabilidade socioeconômica, não houve resultados em nenhum dos periódicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar qual o papel da escola diante das vulnerabilidades sociais, para tanto, contextualizou-se o cenário brasileiro permeado pelas desigualdades sociais e discutiu-se a função social da escola neste sentido.

Constatamos a partir do levantamento bibliográfico a existência da relação das desigualdades sociais e educacionais e como estas se retroalimentam, formando um ciclo de reprodução e perpetuação desses problemas na sociedade. Ainda foi possível visualizar as tensões acerca da relação entre as desigualdades sociais e a educação, a partir de um sistema econômico que perverte as concepções de uma escola do povo para uma instituição educativa a seus moldes, flexível à subordinação e silenciamentos dos sujeitos.

Com base no mapeamento, concluímos que a inclusão dos descritores vulnerabilidade socioeconômica e o papel social da escola nos periódicos se divide em dois aspectos: a) não existem produções relativas ao descritor 1, cabendo questionar se em outros recortes de tempo existe, e, b) e as obras concernentes ao descritor 2, geralmente se voltam ora para metodologias do ensino, políticas de inclusão e acessibilidade, ora para os déficits da escola pública brasileira. Portanto, ainda que haja discussões que se refiram a ligação entre as desigualdades sociais e a educação, não identifica-se nas produções científicas a existência do debate sobre como a escola pode ser esse lugar de enfrentamento às vulnerabilidades apresentadas pelos estudantes.

Dessa forma, reiteramos a importância desta pesquisa para o âmbito educacional, pois suscita reflexões da escola como possuidora de importante papel concernente ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais, tanto como uma instituição que fiscaliza e reivindica a responsabilização do Estado, como um espaço que visto possui em sua estrutura formação política, cidadã, democrática, que auxiliam na mobilização dos sujeitos “feitos desiguais”, porque “quem questiona de maneira mais profunda e desestabilizadora as desigualdades, os modos de pensá-las e de enfrentá-las são os próprios coletivos pensados e segregados como desiguais, (Arroyo, 2020, p. 1395), e esses coletivos estão presentes na nossa escola pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

ARROYO, Miguel Gonzalez. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? **Educ.Soc.**, Campinas, v.39, n° 145, p.1098-1117, out.dez., 2018.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARVALHO, I.M.M; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Vulnerabilidade Ocupacional e social nas grandes metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrôpoles**. São Paulo, v.20, n. 43, p. 797- 892, 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm,

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, p.31-41, 2009.

SILVA, Analice Martins da. **A qualidade da educação na concepção de gestores escolares de Pernambuco: um estudo em escolas com índices elevados em avaliação**. 2017. 119 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Mestrado, Educação, Universidade Federal de Pernambuco Centro de Educação, Recife, 2017.

FORTUNA, Maria Lucia de Abrantes. Planejamento, gestão e avaliação na instituição escolar: para controlar ou para democratizar. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da Silva (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. - 3.ed., São Paulo, Cortez, 2001, p.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: Conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo, Cortez, 1988, p. 59-75.

GONZAGA, Luciano Luz; MAIA, Cristina de Oliveira; LANNES, Denise Rocha Corrêa. Por uma efetiva “ação docente na função social da escola”: apontamentos sobre uma experiência de formação continuada para professores e educação a distância. **Revista Científica em Educação a Distância**. Rio de Janeiro, v.5, n.2, 125-138, 2015.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **RBCS**. v,18, n 51, p. 62-85, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A educação como capital e o papel da escola na reprodução da desigualdade. **Cocar**. Belém, v. 11, n. 21, p. 344-371, 2017.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre as desigualdades no Brasil. São Paulo: Maio, 2021. www.oxfam.org.br.

_____. **Vulnerabilidade social no Brasil: como anda o amparo a população?** São Paulo: Set, 2021. <https://www.oxfam.org.br/blog/vulnerabilidade-social-no-brasil-como-anda-o-amparo-a-populacao/>.

PEREIRA, Maria Isailma Barros; BOTLER, Alice Miriam Happ. A qualidade do ensino como conceito inerente à ação gestora escolar. **CIENTEC**, v. 4, n. 1, p. 138 - 145, julho 2012.

PEREIRA, C.M.R.B; CARLOTO, Denis Ricardo. Reflexões sobre o papel social da escola. **Rev. Estudos e Pesquisas em Geografia**. Florianópolis, v.3, n.4, 3-11, 2016. **Perspectiva**. Florianópolis, v.34; n. 2, p- 582-601, 2016.

PETRYS, Cleriston; CENCI, Angelo Vítório. O papel da escola nos “ensaios” para a cidadania. **Perspectiva**. Florianópolis, v.34, n.2, p. 582-601, 2016.

QUINQUIOLO, Natália Carvalho Rosas; QUINQUIOLO José Manoel. Gestão escolar: A influência do modelo democrático na formação do aluno. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.** Santa Maria, v.8, n.17, p. 1-8, 2019.